



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PISCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

2025

CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA N.º 02/IVBAM-DSMB/2025

*«AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIAGENS COM E SEM SUBSIDIO DE MOBILIDADE
E ALOJAMENTO PARA A DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE MARKETING E BENS
CULTURAIS DO IVBAM, IP_RAM»*



Rua Visconde de Anadia, n.º 44 – 9050-020 Funchal | T. +351 291 211 600
Rua 5 de Outubro, n.º 78 – 9000-079 Funchal | T. +351 291 211 607
www.madeira.gov.pt | ivbam@madeira.gov.pt | NIF 511 270 305



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS | 4 |
| Capítulo I..... | 4 |
| Claúsula 1ª - Objeto..... | 4 |
| Claúsula 2ª - Contrato | 4 |
| Claúsula 3ª - Gestor do contrato..... | 5 |
| Claúsula 4ª - Prazo de execução contratual..... | 6 |
| Claúsula 5ª - Local da prestação dos serviços | 7 |
| Claúsula 6ª - Preço base e preço contratual | 7 |
| Claúsula 7ª - Faturação e condições de pagamento | 9 |
| Capítulo II..... | 11 |
| Claúsula 8ª - Obrigação principal do Cocontratante | 11 |
| Claúsula 9ª - Conformidade e operacionalidade dos serviços prestados | 13 |
| Claúsula 10ª - Objeto do dever de sigilo | 13 |
| Claúsula 11ª - Obrigação do Contraente Público | 14 |
| Claúsula 12ª - Seguros | 15 |
| Claúsula 13ª - Tratamento e Proteção de Dados Pessoais | 15 |
| Claúsula 14ª - Caução..... | 18 |
| Capítulo III..... | 18 |
| Claúsula 15ª - Penalidades contratuais | 18 |
| Claúsula 16ª - Resolução sancionatória por parte do Contraente Público | 19 |
| Claúsula 17ª - Casos fortuitos e de força maior | 20 |
| Claúsula 18ª - Resolução do Contrato por parte do Cocontratante..... | 21 |
| Capítulo IV | 22 |



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PISCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

| | |
|---|-----------|
| Claúsula 19ª - Dever de informação | 22 |
| Claúsula 20ª - Subcontratação e cessão de posição contratual | 22 |
| Claúsula 21ª - Direitos de propriedade intelectual | 22 |
| Claúsula 22ª - Comunicações e notificações | 23 |
| Claúsula 23ª - Contagem dos prazos na fase de execução do contrato | 23 |
| Claúsula 24ª - Resolução de litígios e foro competente..... | 24 |
| Claúsula 25ª - Legislação aplicável..... | 24 |
| Parte II – Cláusulas Técnicas..... | 25 |
| Claúsula 26ª - Requisitos técnicos e especificações do transporte aéreo..... | 25 |
| Claúsula 27ª - Requisitos técnicos e especificações do transporte marítimo | 26 |
| Claúsula 28ª - Requisitos técnicos e especificações do alojamento | 27 |



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I

Disposições gerais

Claúsula 1ª - Objeto

- 1- O presente caderno de encargos compreende as cláusulas que definem os aspetos de execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de consulta prévia, que tem por objeto principal a «*Aquisição de serviços de viagens com e sem subsídio de mobilidade e alojamento para a Direção de Serviços de Marketing e Bens Culturais do IVBAM, IP-RAM*».
- 2- A classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos) – Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002¹ é a seguinte: 63510000-7 – Serviços de agências de viagens e serviços similares .

Claúsula 2ª - Contrato

- 1- O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar (*a existirem*);
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos (*a existirem*);

¹ Alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no JOUE, de 15 de março de 2008.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

- c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário (*a existirem*).
- 2- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 3- Além dos documentos indicados no n.º 1, o Cocontratante obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
- 4- Persistindo dúvidas, aplicar-se-á o CPP e demais legislação portuguesa aplicável.
- 5- Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, não é exigível a redução a escrito do contrato a celebrar.

Claúsula 3ª - Gestor do contrato

- 1- O Conselho Diretivo do IVBAM, IP-RAM, designou um gestor e um gestor suplente para o contrato a celebrar, que têm por incumbência, as funções previstas no artigo 290.º-A do CCP e no artigo 8.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, designadamente:
- a) Acompanhar a permanente execução do contrato;
 - b) Detetar possíveis desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, devendo comunicá-las de imediato ao Conselho Diretivo do IVBAM, IP-RAM, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas;
 - c) Verificar, na execução do contrato, a última Declaração de Rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o cocontratante tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira, a qual deve ser apresentada entre a entrega e a receção dos bens objeto do contrato



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

- 2- Durante o prazo de vigência do contrato, incluindo quaisquer prorrogações do prazo de execução, o cocontratante e, caso existam, os subcontratados devem proceder à entrega ao gestor do contrato dos documentos identificados na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual, sem prejuízo do disposto no seu n.º 5.
- 3- Os documentos referidos no número anterior devem ser apresentados até ao termo da prestação do serviço, devendo ser entregues em simultâneo com o pedido de pagamento.
- 4- Em conformidade com o disposto no artigo 419.º-A, conjugado com o n.º 13 do artigo 42.º ambos do CCP, o cocontratante deve apresentar as cópias dos contratos de trabalho dos seus trabalhadores afetos à prestação do serviço contratualizado, no prazo fixado pelo gestor de contrato, bem como bem como uma declaração de cumprimento das obrigações decorrentes da lei relativamente a trabalhadores estrangeiros contratados.

Claúsula 4ª - Prazo de execução contratual

- 1- O contrato a celebrar produz efeitos com a notificação da aceitação dos documentos de habilitação na plataforma eletrónica ACINGOV e mantém-se em vigor até 30 de junho de 2025, ou até se mostrar esgotado o preço contratual, dependendo do que ocorrer em primeiro lugar, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 2- No caso de findar o prazo referido no n.º 1 e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao Contraente Público o direito a qualquer indemnização ou compensação.
- 3- É condição de eficácia do contrato a celebrar a publicação do mesmo no Portal dos Contratos Públicos, a ocorrer nos termos do disposto no artigo 127.º do CCP, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.
- 4- Salvo quando haja lugar a rescisão com fundamento em incumprimento definitivo, o contrato deve cumprir-se nas datas fixadas no presente caderno de encargos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato celebrado.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

5- O Contraente Público comunica a publicitação referida no n.º 3 ao Cocontratante por meios eletrónicos.

Claúsula 5ª - Local da prestação dos serviços

- 1- A prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, deve ocorrer nas instalações afetas ao Cocontratante ou outras que considere adequadas para o efeito.
- 2- Todas as despesas e custos com os transportes dos materiais relativos à boa execução do contrato a celebrar, são do contrato são da responsabilidade do Cocontratante.

Claúsula 6ª - Preço base e preço contratual

- 1- O preço base é fixado no valor de **8.215,13€ (oito mil euros, duzentos e quinze euros e treze cêntimos)**, o qual já inclui, nos casos aplicáveis o IVA, nos termos do regime especial da margem previsto no Código do IVA e do Decreto-Lei n.º 221/85, de 3 de julho, na sua redação atual.
- 2- Entende-se por preço base o preço máximo que Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela a execução do contrato a celebrar.
- 3- A fixação do preço base referido n.º 1 da presente cláusula, é fundamentada nos custos unitários, resultantes de anterior procedimento
- 4- **O preço base suprarreferido corresponde aos seguintes itens:**

«Aquisição de serviços de viagens aéreas, marítimas e estadia: - **não cofinanciados e sem subsídio de mobilidade**», repartidos pelos seguintes projetos:

- 53481 “Promoção dos Vinhos e Rum da Madeira” - no valor de 6.343,66€ (seis mil, trezentos e quarenta e três euros e sessenta e seis cêntimos), sendo que 3.511,54€ (três mil, quinhentos e onze euros e cinquenta e quatro cêntimos) correspondem a viagens aéreas e 2.832,12€ (dois mil, oitocentos e trinta e dois euros e doze cêntimos) a alojamentos; e



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

- 52209 – “Dinamização das Obras de Vimes” - no valor de 922,31€ (novecentos e vinte e dois euros e trinta e um cêntimos), sendo que 671,71€ (seiscentos e setenta e um euros, e setenta e um cêntimos) correspondem a viagens aéreas e 250,60€ (duzentos e cinquenta euros e sessenta cêntimos) a alojamentos.

«Aquisição de serviços de viagens aéreas, marítimas e estadia: - **não cofinanciados e com subsídio de mobilidade**», no valor de 949,16€ (novecentos e quarenta e nove euros e dezasseis cêntimos) pelo projeto 52209 – “Dinamização das Obras de Vimes”

5- O preço base corresponde ao preço contratual.

6- Pela execução do objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Contraente Público obriga-se a pagar ao Cocontratante o preço dos serviços que venha a adquirir, de acordo com as condições resultantes da adjudicação, até ao limite da despesa autorizada. O preço contratual já inclui, nos casos aplicáveis o IVA, nos termos do regime especial da margem previsto no Código do IVA e do Decreto-Lei n.º 221/85, de 3 de julho, na sua redação atual.

7- O preço a que se refere o número anterior deve contemplar o desconto sobre a fatura, bem como as taxas indicadas na proposta adjudicada.

8- Consideram-se, também, incluídos no preço a pagar, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, referido nos termos do número anterior, todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, compreendendo, nomeadamente, os relativos a alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, seguros, custos decorrentes da faturação eletrónica, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros encargos legalmente devidos.

9- Não são admitidos adiantamentos por conta da execução do contrato, bem como revisão de preços.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

10- O encargo decorrente da contratação tem cabimento na dotação do orçamento em vigor no presente ano económico, conforme cabimento orçamental.

Claúsula 7ª - Faturação e condições de pagamento

1- O preço contratual será processado em parcelas que correspondem ao valor de cada pedido formulado pelo Contraente Público e concretizado ou executado pelo cocontratante (emissão de bilhete e voucher de alojamento), mediante a apresentação da correspondente fatura.

2- As faturas só podem ser emitidas após vencimento das obrigações respetivas, e devem ser remetidas para a Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial (DFP) do IVBAM, IP-RAM, **devendo conter a referência do contrato, o número do compromisso do contrato a celebrar, as taxas de serviços aplicadas e o valor de desconto sobre a fatura** de acordo com a proposta adjudicada.

3- As quantias devidas pelo Contraente Público devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das devidas faturas, através de transferência bancária e deverá observar o disposto no artigo 299.º-B do CCP e legislação conexas.

4- Em caso de discordância por parte do Contraente Público quanto aos valores ou quantidades indicadas nas faturas, deve este comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à retificação das faturas.

5- Sem prejuízo da preferência pela faturação eletrónica através do modelo a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP, é ainda admitida a utilização de mecanismos de faturação diferentes, até 31 de dezembro de 2024, para as micro e pequenas e médias empresas, conforme estabelecido no ponto 3.º do artigo n.º 284 da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (Orçamento de Estado 2024).

6- As faturas eletrónicas (*se for o caso*) a emitir pelo Cocontratante deverão ser enviadas para o Portal <https://www.ilink.pt/ilink/signup>



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

- 7- Até 31 de dezembro de 2025 são aceites faturas em ficheiro PDF, sendo consideradas como faturas eletrónicas para todos os efeitos previstos na legislação fiscal².
- 8- A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pelo Contraente Público não será objeto de qualquer cobrança adicional.
- 9- Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao Cocontratante, por escrito, os fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 10- Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a fatura é paga através de transferência bancária, para número de identificação bancária e instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
- 11- O Cocontratante fica ainda sujeito aos descontos impostos pela legislação aplicável, no que se refere a todos os pagamentos efetuados.
- 12- A presente contratação cumpre o disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA)³.
- 13- Entende-se por “[p]agamentos em atraso as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes”.
- 14- Nas entidades com pagamentos em atraso em 31 de dezembro do ano anterior, a previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes prevista na subalínea iv) da alínea f) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 22/2015, de 17 de março, tem como limite superior

² Vide n.º 3 do artigo 114.º do Orçamento de Estado para o ano de 2025.

³ Alterada e Republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

75 % da média da receita efetiva cobrada nos dois últimos anos nos períodos homólogos, deduzida dos montantes de receita com carácter pontual ou extraordinário.

15- As entidades que violem o artigo 7.º da LCPA:

a) Não podem beneficiar da utilização da previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes para efeitos de determinação dos fundos disponíveis definidos na alínea f) do artigo 3.º da LCPA;

b) Apenas podem beneficiar da aplicação da exceção constante do n.º 1 do artigo 4.º da LCPA mediante prévia autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças.

c) Os impedimentos referidos no número 5 e nas anteriores alíneas da presente cláusula não são aplicáveis à assunção de compromissos suportados por receitas consignadas no que se refere à despesa que visa suportar.

Capítulo II

Obrigações das Partes

Claúsula 8ª - Obrigação principal do Cocontratante

1- Nos termos do contrato a celebrar, o Cocontratante obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral cumprimento do objeto do contrato.

2- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o Cocontratante as seguintes obrigações principais:

- a) Prestar os serviços em perfeitas condições e para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
- b) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais, ambientais e níveis de serviço, tal como previstos no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

- c) Garantir os serviços prestados, de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;
- d) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato;
- e) Comunicar ao Contraente Público, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
- f) Não alterar as condições da prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- g) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pelo Contraente Público;
- h) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
- i) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;
- j) Cooperar com o Contraente Público, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
 - i. Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação do Contraente Público;
 - ii. Quando o Contraente Público deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

3- A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

4- Não obstante o mencionado nos pontos anteriores, o Cocontratante no decurso de todo o prazo de execução contratual deve manter-se inscrito no Registo Nacional das Agências de Viagens e Turismo (RNAVT).

Claúsula 9ª - Conformidade e operacionalidade dos serviços prestados

1- O Cocontratante obriga-se a prestar os serviços objeto do contrato a celebrar, de acordo com as características, especificações e cláusulas técnicas previstas Parte II do presente Caderno de Encargos.

2- No decurso da prestação de serviços, o Cocontratante pode, a todo o tempo, solicitar esclarecimentos atinentes à realização daquela, devendo estes serem prestados no prazo indicado por aquela, para o efeito.

3- O Cocontratante é responsável perante o Contraente Público por qualquer defeito ou discrepância na execução da prestação de serviços em apreço.

Claúsula 10ª - Objeto do dever de sigilo

1- O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.

2- O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.

3- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

exclusivamente à execução do contrato

- 4- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 5- O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o Contraente Público lhe indique para esse efeito.
- 6- O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa do Contraente Público, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
- 7- O Cocontratante não pode utilizar o logotipo ou qualquer outro sinal distintivo do Contraente Público sem o consentimento prévio deste.

Claúsula 11ª - Obrigação do Contraente Público

- 1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, o Contraente Público obriga-se a fiscalizar a execução do objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência e o zelo.
- 2- Constituem ainda obrigações do Contraente Público:
 - a) Nomear um responsável pela gestão do contrato para efeitos de comunicações com o Cocontratante, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
 - b) Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
 - c) Monitorizar a quantidade e qualidade dos serviços;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

- d) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
- e) Os serviços de aquisição de viagens e alojamento são prestados mediante solicitação do IVBAM, IP-RAM.
- f) Para efeitos do disposto no número anterior, o IVBAM, IP-RAM indica o percurso pretendido, o beneficiário da viagem e a data, fazendo referência ao ano, mês, dia(s) e hora(s).
- g) A emissão de passagens aéreas ou marítimas de passageiros e de alojamento está sujeita a aprovação e à ordem de emissão expressa pelo IVBAM, IP-RAM;
- h) Efetuar o pagamento contratualmente devido dentro dos prazos fixados.

Claúsula 12ª - Seguros

- 1- É da exclusiva responsabilidade do Cocontratante todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na execução contratual, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.
- 2- O Contraente Público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo máximo 7 (sete) dias.

Claúsula 13ª - Tratamento e Proteção de Dados Pessoais

- 1. O Cocontratante compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e demais legislação que lhe seja

15/28



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, designadamente:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
- b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Contraente Público esteja especialmente vinculado;
- d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Contraente Público, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- e) Prestar ao Contraente Público toda a colaboração de que este careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
- f) Manter o Contraente Público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislações relativas à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Cocontratante, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Cocontratante e o referido colaborador;
- h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

- i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Contraente Público ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
 - j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
 - k) Prestar a assistência necessária ao Contraente Público no sentido de permitir que este cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
 - l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33.º do RGPD.
2. O Cocontratante será responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços ou fornecedores, em violação das normas legais aplicáveis.
3. Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato são os previstos no n.º 1 do artigo 4.º do RGPD.
4. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo Cocontratante é efetuado de acordo com as instruções do responsável pelo tratamento de dados, ou seja, o Contraente Público.
5. Para os devidos efeitos, divulga-se o nome e o endereço e o contato do Encarregado de Proteção de Dados do Contraente Público: **Gabinete para a Conformidade Digital e Proteção de Dados**, endereço eletrónico: gcpd.geral@madeira.gov.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

Claúsula 14ª - Caução

Atento o exposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP e tendo por base a natureza e a especificidade do objeto do contrato em apreço, não é exigida a prestação de caução.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Claúsula 15ª - Penalidades contratuais

- 1- No caso de mora no cumprimento ou cumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações contratadas por parte do Cocontratante, pode o Contraente Público interpelar este para cumprir pontualmente as obrigações contratadas, quando tal ainda for possível e se mantenha o interesse do credor no fornecimento, devendo nesse caso o Cocontratante dar-lhe cumprimento imediato, bem como suportar os danos que o Contraente Público sofra na sequência de tais atos.
- 2- Ao ser interpelado para os efeitos previstos no número anterior, o Cocontratante deve cumprir imediatamente, de forma integral e satisfatória, as prestações em falta.
- 3- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Contraente Público pode exigir do Cocontratante o pagamento de um valor pecuniário, de montante a fixar em função da gravidade pelo incumprimento da data da prestação de serviços objeto do contrato, até 0,1 % do valor do contrato, por cada dia de atraso, até ao limite de 20 % (vinte por cento).
- 4- Em caso de resolução do contrato por incumprimento o Cocontratante, o Contraente Público pode exigir-lhe uma pena pecuniária no valor máximo de 20% do preço contratual e quando este limite seja atingido e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329º do CCP.
- 5- O incumprimento é comunicado pelo Contraente Público ao Cocontratante, por meios eletrónicos, após avaliada a sua gravidade e garantida a sua prévia defesa.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

- 6- Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.
- 7- O Cocontratante não incorre em responsabilidades se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato, devendo para isso comunicar e justificar tais situações ao Contraente Público, logo delas tenha conhecimento, por qualquer meio escrito, bem como informar sobre o prazo previsível para restabelecer a situação.
- 8- O Contraente Público, para garantir o fiel pagamento das sanções contratuais, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pelo Cocontratante.
- 9- Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o fornecimento dos bens decorrentes da prestação de serviços que não se encontrem em conformidade ou a existência de pedidos de substituição tem um efeito suspensivo na faturação e pagamento do valor respetivo, nos termos do presente Caderno de Encargos, contrato e proposta adjudicada, até que a situação em causa se mostre normalizada.
- 10- As sanções pecuniárias previstas nesta cláusula não obstam a que o Contraente Público exija, para ressarcimento de todos os demais prejuízos causados, uma indemnização pelo dano excedente.
- 11- A aplicação das penas pecuniárias é precedida de audiência escrita, ao Cocontratante, para se pronunciar no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do projeto de decisão.

Claúsula 16ª - Resolução sancionatória por parte do Contraente Público

- 1- Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo Cocontratante, especialmente previstas no contrato ou outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos casos previstos no n.º 1 do artigo 333.º do CCP.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

- 2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante ato administrativo a notificar por correio eletrónico ao Cocontratante e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Contraente Público.
- 3- Para efeitos do disposto no número anterior, o exercício do direito de resolução tem lugar mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida ao Cocontratante, da qual conste a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.
- 4- O exercício do direito de resolução não liberta o Cocontratante do dever de satisfazer as solicitações do Contraente Público, efetuadas no âmbito do contrato, recebidas até à data da resolução.
- 5- O exercício do direito de resolução não prejudica a aplicação das sanções previstas no presente Caderno de Encargos e no contrato.

Claúsula 17ª - Casos fortuitos e de força maior

- 1- Não podem ser impostas penalidades ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
- 2- Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
- 3- Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4- A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
- 5- A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o Contraente Público a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do CCP, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização.

Claúsula 18ª - Resolução do Contrato por parte do Cocontratante

- 1- O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
- 2- A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

Capítulo IV

Disposições finais

Claúsula 19ª - Dever de informação

Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, de acordo com a boa-fé.

Claúsula 20ª - Subcontratação e cessão de posição contratual

- 1- O Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do Contraente Público, nos termos do artigo 318.º do CCP.
- 2- Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
- 3- O Contraente Público deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
- 4- Em caso de incumprimento pelo Cocontratante que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato que venha a ser indicado pelo Contraente Público, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do CCP.
- 5- A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato do Contraente Público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

Claúsula 21ª - Direitos de propriedade intelectual

- 1- Correm integralmente por conta do Cocontratante os encargos ou a responsabilidade civil



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

decorrente da incorporação em qualquer dos serviços objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos serviços, de materiais, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

2- Se o Contraente Público vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos serviços objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o Cocontratante por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.

3- São da responsabilidade do Cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

4- Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos factos mencionados nos n.ºs 1 e 2 não correm por conta do Cocontratante se este demonstrar que os mesmos são imputáveis ao Contraente Público ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

Claúsula 22ª - Comunicações e notificações

1- Quaisquer comunicações ou notificações entre o Contraente Público e o Cocontratante relativos ao contrato, seguem o regime previsto no artigo 469.º do CCP, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2- As comunicações e as notificações dirigidas ao Contraente Público, efetuadas através de qualquer meio admissível, têm de ser efetuadas até às 17h00 do dia a que digam respeito, sob pena de se considerarem efetuadas às 10h00 do dia útil imediatamente seguinte.

Claúsula 23ª - Contagem dos prazos na fase de execução do contrato

À contagem de prazos na fase de execução do contrato, e salvo disposição expressa em contrário, são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

- b) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- c) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Claúsula 24ª - Resolução de litígios e foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do foro Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com antecipada, expressa e inequívoca renúncia a qualquer outro.

Claúsula 25ª - Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente Caderno de Encargos e seus anexos, deve aplicar-se o disposto em legislação europeia e nacional, nomeadamente:

- a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor;
- b) Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação em vigor;
- c) Código do Procedimento Administrativo;
- d) E demais legislação aplicável.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

Parte II – Cláusulas Técnicas

Claúsula 26ª - Requisitos técnicos e especificações do transporte aéreo

- 1- O Cocontratante obriga-se a organizar as viagens de transporte aéreo de pessoas efetuando a consulta, reserva e emissão de passagens aéreas para transporte em território nacional, comunitário e internacional, em articulação com os serviços do IVBAM, IP-RAM.
- 2- O Cocontratante deve realizar a pesquisa, consulta e disponibilização de informação sobre as tarifas aéreas mais económicas, aplicáveis a cada deslocação, devendo para o efeito demonstrar que efetuou a consulta no mínimo a duas companhias aéreas, juntando todos os documentos que comprovem as consultas realizadas.
- 3- Nas pesquisas e consultas mencionadas no número anterior, o Cocontratante deve:
 - a) Apresentar opções de voos diretos, sempre que estes estejam disponíveis;
 - b) Apresentar opções de voos de baixo custo, sempre que seja possível;
 - c) Apresentar as opções de voos em classe económica com tarifas que permitam o reembolso do subsídio de mobilidade previsto no Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho, alterado pela Lei n.º 105/2019, de 06 de setembro, e na Portaria n.º 260-C/2015, de 24 de agosto, alterada pela Portaria n.º 387-A/2015, de 28 de outubro;
 - d) Disponibilizar informação detalhada sobre todos os custos associados, que possibilitem ao IVBAM, IP-RAM calcular o custo total da viagem, desde o seu início até ao destino final;
 - e) Sempre que possível, negociar um desconto sobre a tarifa que permita a alteração da data de viagem em classe económica sem custos adicionais e que não impossibilite o reembolso do subsídio de mobilidade previsto no Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho, alterado pela Lei n.º 105/2019, de 06 de setembro e na Portaria n.º 260-C/2015, de 24 de agosto, alterada pela Portaria n.º 387-A/2015, de 28 de outubro;
- 4- Relativamente à reserva e emissão de bilhetes, vouchers e vistos, o Cocontratante obriga-se a:



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

- a) Reservar e emitir passagens aéreas nacionais, europeias e intercontinentais solicitadas pelos Serviços do IVBAM, IP-RAM;
- b) Disponibilizar informação sobre a viagem (incluindo a confirmação da reserva) por escrito, através de correio eletrónico, para que o IVBAM, IP-RAM possa confirmar a coincidência entre a prestação de serviços solicitada (itinerário, datas e horário) e a proposta;
- c) Conforme o disposto no Anexo, parte B (Critérios ecológicos específicos) da Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2023, de 25 de outubro de 2023, deve ser assegurada disponibilização de:
 - i) Bilhetes eletrónicos e proceder ao envio para o IVBAM, IP-RAM através de correio eletrónico;
 - ii) Disponibilizar toda a documentação útil sobre a viagem por meios eletrónicos, incluindo itinerários, serviços incluídos, moradas, horários, terminais, aeroportos, entre outros;
- d) Quando necessário, solicitar os dados e efetuar todas as diligências para a emissão de vistos em nome do passageiro;
- e) Nos casos em que não seja possível a emissão de bilhete eletrónico, efetuar a entrega de bilhetes de transporte aéreo, vouchers, vistos ou outros documentos, na morada indicada pelo IVBAM, IP-RAM.

Claúsula 27ª - Requisitos técnicos e especificações do transporte marítimo

- 1- O Cocontratante obriga-se a realizar a pesquisa, consulta e disponibilização de informação sobre as tarifas aplicáveis a cada deslocação e organizar os serviços de transporte marítimo de pessoas em território nacional, europeu e intercontinental.
- 2- Para efeitos do disposto no número anterior, o prestador de serviços deve:
 - a) Apresentar opções de transporte marítimo de passageiros em classe económica;
 - b) Disponibilizar informação detalhada sobre todos os custos associados, que permitam ao IVBAM, IP-RAM calcular o custo total da viagem, desde o seu início até ao destino final;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

- c) Disponibilizar informação sobre a viagem, incluindo a confirmação da reserva por escrito, através de correio eletrónico, para que a entidade adjudicante possa verificar o itinerário de viagem de acordo com o solicitado;
- d) Emitir passagens marítimas nacionais, privilegiando a emissão de bilhetes eletrónicos e o envio para a entidade adjudicante através de correio eletrónico;
- e) Disponibilizar toda a informação útil sobre a viagem, incluindo itinerário, serviços incluídos, moradas, horários e terminais marítimos.

Claúsula 28ª - Requisitos técnicos e especificações do alojamento

- 1- O Cocontratante obriga-se a realizar a pesquisa, consulta e disponibilização de informação sobre o alojamento, efetuar reservas e emitir os vouchers necessários a cada deslocação.
- 2- O alojamento deve ser em estabelecimento hoteleiro de 3 estrelas, demonstrando-se que a despesa é económica, eficiente e eficaz.
- 3- Para efeitos da presente cláusula, o Cocontratante deve:
 - a) Privilegiar as opções de alojamento mais próximas do local do evento;
 - b) Disponibilizar de informação sobre o alojamento, designadamente, a localização e a confirmação da reserva por escrito, através de correio eletrónico, para que a entidade adjudicante possa verificar todos os dados do alojamento de acordo com o solicitado;
 - c) Emitir vouchers de alojamento em território nacional, europeu e intercontinental e enviar para o IVBAM, IP-RAM vouchers eletrónicos, sempre que seja possível;
 - d) Negociar tarifas preferenciais em unidades hoteleiras, para utilização do IVBAM, IP-RAM.
- 4- Nas deslocações em serviço público ao estrangeiro e no estrangeiro, o alojamento em estabelecimento hoteleiro superior a 3 estrelas ou equiparado só pode ocorrer quando, a título excecional, em situações devidamente fundamentadas e mediante despacho conjunto do membro do



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA, PESCAS E AMBIENTE

INSTITUTO DO VINHO, DO BORDADO E DO ARTESANATO DA MADEIRA, IP-RAM

Governo Regional responsável pela área das finanças e do membro do Governo Regional competente, o Contraente Público solicite ao Cocontratante⁴.

5- Caso não exista disponibilidade de alojamento, conforme reserva inicial, para além das obrigações legais, o Cocontratante deve proporcionar no prazo máximo de 1 hora e no local mais próximo, alojamento com características semelhantes à reserva inicial, correndo por sua conta todas as despesas inerentes à respetiva alteração.

NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 49.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP):

- TODAS AS REFERÊNCIAS A NORMAS/HOMOLOGAÇÕES E A ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DEVEM SER CONSIDERADAS, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, ACOMPANHADAS DA MENÇÃO «OU EQUIVALENTE»;
- TODAS AS INDICAÇÕES A MARCAS COMERCIAIS OU INDUSTRIAIS DE PATENTES OU MODELOS PRESENTES NAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DEVEM SER CONSIDERADAS, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, ACOMPANHADAS DA MENÇÃO «OU EQUIVALENTE».

⁴ Conforme Decreto-Lei n.º192/95, de 28 de julho, na sua redação atual;